

# Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 101 | Setembro - 2021



## AT comprometida com a meta de arrecadação de receita

### Direcção Geral das Alfândegas

Fernando Alage empossado ao cargo de Director Geral-Adjunto

### Reunião Nacional de Planificação

Realizada sob o lema “Tributação na Economia Digital e os Desafios na Arrecadação da Receita”

### Em operações de fiscalização

DAll recupera mais de 544 milhões de meticais para os cofres do Estado

Central de Atendimento  
da Autoridade Tributária

Ministério da Economia e dos Recursos da Administração da Moçambique



**1266**

Número válido para as seguintes  
Tecnologias (voz e fax).

Ligue agora para **limpar dúvidas**  
e **fazer denúncias**.



at.gov.mz

#### Ficha Técnica

##### PROPRIEDADE:

Autoridade Tributária de Moçambique  
Av. 25 de Setembro, Nº 1235  
Tel: +258 21 344 200 - [www.at.gov.mz](http://www.at.gov.mz)

PRESIDENTE:  
Amélia Muendane

PRODUÇÃO:  
Gabinete de Comunicação e Imagem

Director: José Luís Cumbe  
REDACÇÃO & EDIÇÃO:  
Fénias Zimba, Bernardino Manhaussane  
César Monjane, Alfredo Macamo

COLABORAÇÃO:  
Liége Vitorino, Delegações Provinciais

DESIGN & MAQUETIZAÇÃO:  
Benedito Chivure



Na 56ª Edição da FACIM

## Presidente da AT garante ao Chefe de Estado cumprir com a meta de arrecadação de receitas

Por: Bernardino Manhaussane



**A** Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique deu garantias ao Chefe de Estado de que a instituição que dirige irá cumprir, até o final deste ano, com a meta de arrecadação de receitas, fixada em 265.596,10 milhões de meticais, apesar de factores críticos que têm vindo a influenciar o desempenho da instituição, com destaque para a pandemia da COVID-19 e a instabilidade militar registada nas zonas Norte e Centro do País.

A garantia foi prestada, recentemente, na visita do Chefe de Estado, Filipe Nyusi, à exposição da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), no âmbito da abertura

da 56ª Feira Internacional de Maputo (FACIM), que decorreu de 30 de Agosto a 05 de Setembro, em Ricatla, distrito de Marracuene, província de Maputo.

Em visita ao stand da AT, onde estão expostos diversos produtos e serviços da instituição, o Presidente da República procurou se inteirar dos níveis da cobrança de receitas, principal missão da AT, bem como do aproveitamento que é feito das instalações do Centro de Estudos Aduaneiros e Tributários (CEAT).

A Feira Internacional de Maputo é uma feira multisectorial anual, que constitui o maior evento comercial com dimensão

internacional. Na presente edição, a mesma decorreu num formato híbrido, ou seja, no formato presencial e virtual, por força das medidas de prevenção contra a COVID-19, sendo que com a excepção da província de Maputo, as demais províncias participaram no formato virtual.

Mais de 250 expositores, entre nacionais e estrangeiros, tiveram a oportunidade de mostrar as suas potencialidades, na Feira que decorreu sob o lema "Industrialização: Inovação e Diversificação da Economia Nacional".



## Empossado novo Director Geral-adjunto das Alfândegas

Por: **Fénias Zimba**



O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, conferiu posse, na primeira quinzena de Setembro, ao novo Director Geral Adjunto das Alfândegas, Fernando Alage, recentemente nomeado, em substituição de Inocêncio Mota.

Falando na ocasião, Adriano Maleiane referiu que as Alfândegas são regidas por regras paramilitares, o que pressupõe muita dinâmica, exigência e forte preparação para que os funcionários encarem as mudanças como um processo normal e, por conseguinte, estejam aptos para cumprir com as prioridades institucionais.

Num outro desenvolvimento, o dirigente defendeu uma maior colaboração entre a Autoridade Tributária (AT), o cidadão e os diversos parceiros envolvidos no comércio transfronteiriço e em outros processos aduaneiros, por forma a garantir a prestação

de serviço de qualidade, sem, contudo, prescindir do cumprimento integral da lei.

Segundo a fonte, as Alfândegas têm um papel imprescindível para a melhoria do ambiente de negócio e consequente desenvolvimento da economia nacional, porém, entende o dirigente, vezes sem conta, este papel pode ser mal interpretado se não se apostar num diálogo contínuo e

permanente com os diversos intervenientes no processo. *“Reconhecemos que se exige maior flexibilidade, por parte da instituição, mesmo reconhecendo-se que a suposta inflexibilidade é derivada pelo cumprimento de contornos legais. Neste âmbito, para melhor respondermos a estas preocupações, temos que ser rigorosos, mas ao mesmo tempo aumentarmos a nossa capacidade de diálogo e tornarmo-nos acessíveis aos que precisam dos nossos serviços, seja do sector privado ou público”.*

Por outro lado, o Ministro da Economia e Finanças lançou repto para uma forte vigilância aos comportamentos desviantes no seio da instituição, pois, segundo ele *“para sermos profissionais com integridade inquestionável e referência nacional, é necessário que o combate à corrupção seja uma das prioridades, o que começa em cada*






*um de nós e o conjunto fará a diferença”.*

Em jeito de fecho, reconheceu o esforço que as alfândegas têm empreendido para incrementar os níveis da colecta de receitas

que o País precisa, mesmo em condições atípicas, o que diminui a dependência externa, através dos donativos. Alertou que, apesar de as doações serem importantes, não se pode fazer planos contando com

elas, mas sim capitalizar o sector privado que tem condições criadas para desenvolver suas actividades e pagar os impostos para financiar a despesa pública. 

## Quem é o actual Director Geral-adjunto das Alfândegas?

Fernando Alfredo Alage, de 49 anos de idade, ingressou na Direcção Geral das Alfândegas em 1998 (antes da criação da Autoridade Tributária de Moçambique). Até à data da sua nomeação era Assistente do Director Geral das Alfândegas.

Licenciado em Ensino de História, em 2015, pela Universidade Católica de Moçambique (UCM), possui ainda frequência do Curso de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Liderança, na Universidade Técnica de Moçambique (UDM)- 2019.

Natural de Maputo, Fernando Alage é detentor de uma vasta experiência em liderança, particularmente, na área aduaneira, tendo desempenhado várias funções, entre elas, a de Chefe de Divisão das Brigadas de Reação Tática (BRT): De 2018 a 2019; Chefe do Terminal Internacional de Maputo (TIAR): De 2015 a 2018; Director da Alfândega da Beira-Sofala: De 2014 a 2015; Director da Alfândega de Manica: De 2012 a 2013; Chefe da Delegação Aduaneira de Milange: De 2007 a 2012; Chefe do Posto da Fronteira de Melosa: De 2006 a 2007; Chefe de Gestão e Organização (Serviços Comuns)

na Alfândega de Quelimane-Zambézia: De 2005 a 2006.

Para além de formação académica, acima referida, o actual Director Geral-adjunto beneficiou-se de formações no país e além-fronteiras, sendo que o destaque vai para o curso sobre Contrafação na Sede da INTERPOL, ocorrido em 2015, na França e o curso sobre Valor Aduaneiro/Regras de Origem/ Classificação Pautal no Sistema Harmonizado, curso este que decorreu em 2014, na Coreia do Sul.

### Em reunião de embaixadoras tributárias africanas

## Amélia Muendane exorta para maior partilha de experiências e estratégias de afirmação de Mulheres da Rede de Mulheres no domínio fiscal

Por: **Raimundo Mapanzene**

**A** emancipação da mulher não é apenas uma questão estatutária, por ser caracterizada por uma ruptura efectiva com o espírito de subjugação baseada no género. A mulher deve ser encarada como agente determinante no processo de transformação das sociedades em todos os domínios e muitos passos já foram dados

nesta linha. Estas palavras foram esta Quarta-feira, 2 de Setembro, proferidas pela presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane, num seminário virtual dirigido ao grupo consultivo da rede de Mulheres do Fórum das Administrações Tributárias Africanas (ATAF) no domínio tributário.

Amélia Muendane, que também preside ao Conselho de Administração da rede, considera ainda que “apesar dos avanços que se vem registando no mundo visando a promoção da mulher e o seu rápido empoderamento, ainda se registam casos críticos de discriminação baseada no género”, enquadrando deste modo, a iniciativa desenvolvida pelo ATAF visando estimular maior comunicação entre mulheres, troca de experiências, auto empoderamento e promoção de lideranças femininas do futuro, através da implementação da estratégia





estabelecida pelo ATAF à luz da plataforma de interacção de mulheres no domínio fiscal, aparece como um catalisador fundamental na implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Muendane sublinhou ainda, nessa reunião que contou a presença de Véronique Herminie, Comissária Geral da Autoridade Tributária de Seychelles, que os mitos e preconceitos que a sociedade criou para justificar a dominação da mulher, ainda permanecem incrustados na mentalidade da própria mulher, daí que o desafio da nossa Rede está em iniciar por uma cirurgia psicológica para assegurar o sucesso da nossa visão.

#### GRUPO CONSULTIVO DAS EMBAIXADORAS


A sessão enalteceu a relevância da operacionalização da plataforma de comunicação permanente de mulheres tributárias africanas através do Grupo Consultivo de embaixadoras, que, na perspectiva da dirigente, para além de dinamizar a implementação de uma agenda comum africana para o empoderamento da mulher, permitirá maior celeridade na sua disseminação de modo a abranger, num curto espaço de tempo, uma maior amplitude de mulheres nos nossos países.

*“Entenda-se que o fraccionamento das competências e atribuições da Rede, recorrendo à intervenção das embaixadoras visando a angariação de mais mulheres, a disseminação da Rede, a aglutinação de saberes e a confrontação de experiências, irá dinamizar sobremaneira a implementação do desiderato que levou a constituição da Rede das Mulheres no Domínio Fiscal” – disse, sem deixar de lado ao que designou de alcance pretendido pelo ATAF ao promover estas iniciativas de forma integrada e holística, pois que o ATAF pelas suas inovações permanentes em prol do desenvolvimento do continente, torna robustas as Administrações Fiscais ao também estimular as mulheres africanas a se dedicarem “ao seu auto-empoderamento*

*visando expandir e se abrirem abrir para novos horizontes na consolidação da sua posição económica, social e profissional”.*

Na verdade, as cerca de vinte (20) embaixadoras de diferentes países africanos ora reunidas consagraram o encontro como ponto de partida na operacionalização da agenda de desenvolvimento da Rede de Mulheres no Domínio Fiscal, tendo presente as recomendações feitas pelo Conselho de Administração Interino da Rede, sendo de destacar: a necessidade de facilitação do trabalho do Conselho de Administração no intervalo entre as reuniões deste órgão; advogar em nome da Rede das Mulheres no seio das suas instituições e países; coordenar as actividades da Rede no seio das suas instituições e países; prestar aconselhamento estratégico não vinculativo ao Conselho e ao Plenário, em coordenação com o Secretariado Executivo do ATAF; organizar reuniões, workshops e seminários da Rede das Mulheres no Domínio Fiscal com o apoio do Secretariado do Fórum Africano das Administrações Fiscais.

Refira-se que as embaixadoras da rede em apreço e membros do grupo consultivo foram seleccionadas de modo a reflectir a distribuição geográfica equitativa e adequada das embaixadoras, representando as diferentes regiões de África, os diferentes sistemas fiscais e os três idiomas do ATAF.

O encontro frisou a necessidade de um maior envolvimento com a rede para a partilha de experiências, estratégias e implementação de acções acordadas pelo Conselho de Administração Interino da Rede, devendo assumir o papel de liderança no desenvolvimento da Rede, bem como a orientar os líderes emergentes como parte membro da Rede. 

**Seja  
cumpridor  
das  
medidas de  
prevenção  
da  
COVID-19**

## Na planificação das actividades da instituição

# Presidente da AT quer maior envolvimento dos funcionários

Por: Bernardino Manhaussane



A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane, quer que o roteiro de planificação das actividades da instituição seja mais participativo, devendo garantir o envolvimento dos funcionários ao nível das unidades orgânicas, desde as de base até as mais agregadas. A recomendação foi dada no decurso da VIIª Reunião Nacional de Planificação, realizada nos dias 25 e 26 de Agosto último, sob o lema *“Tributação na Economia Digital e os Desafios na Arrecadação da Receita”*.

A Reunião Nacional de Planificação é um evento anual que reúne Membros do

Conselho Superior Tributário, Conselho Directivo, Directores Regionais e Delegados Provinciais, bem como outros funcionários convidados. A mesma tem por objectivo a planificação das actividades da instituição para o exercício seguinte e actua como um órgão de consulta cujas decisões carecem de aprovação em sede do Conselho Directivo da instituição.

Por conta das restrições impostas pela necessidade de conter a propagação da pandemia da Covid-19, a reunião decorreu num formato misto, sendo que os participantes estiveram distribuídos em diversas salas, tendo interagido de forma

virtual.


Dos temas abordados durante as sessões, destaque vai para o balanço das actividades realizadas no 1º semestre de 2021 e perspectivas de acções para o 2º semestre, ponto de situação dos desafios e avanços na gestão de recursos humanos na AT, informe sobre o estágio e visão do processo da criação da Associação dos Funcionários da AT (AFATRIM) e proposta do Plano de Actividades para 2022.

Refira-se que pela Lei nº 19/2020 de 31 de Dezembro, foi aprovado o Orçamento do Estado para 2021, fixando a meta anual de



receitas a arrecadar no valor de 265.596,10 milhões de Meticals. Para o I semestre de 2021 a meta de arrecadação de receitas foi de 124.919,08 milhões de MT, tendo sido arrecadado, em termos brutos, o montante de 133.807,90 milhões de MT, representando uma realização de 107,12%. Deste montante, foram cobrados 99.917,77 milhões de meticais pela área dos impostos internos e 33.890,90 milhões de meticais pela área dos impostos sobre o comércio externo.

Apesar do desempenho positivo alcançado no 1º semestre, pode-se destacar alguns

factores críticos que influenciaram, grandemente, o não alcance dos níveis desejados em algumas áreas, com destaque para os efeitos da pandemia da COVID-19 e da instabilidade militar registada nas zonas Norte e Centro do País, o que impactou na redução do volume de importação e na cessação temporária de empresas e de contratos de trabalho. 



## Na Cidade de Maputo

# BAÚ ocupa mais de 60% do universo de licenciamento de contribuintes

- revela o Director Executivo, Xavier Timane

Por: **Liége Vitorino**

O Director Executivo do Balcão de Atendimento Único, vulgo, BAÚ, na Cidade de Maputo, Xavier Timane, revelou há dias à nossa Repórter, que aqueles serviços ocupam mais de 60 por cento do universo de licenciamento de todo o País, sendo a maior entidade licenciadora, e consequentemente a instituição que fornece maior número de contribuintes ao Estado.

Sublinhou que, a AT em particular, devia olhar o Balcão da Cidade de Maputo, com muita atenção sobretudo nesta matéria, atendendo a percentagem do universo de licenciamento de sujeitos passivos que esta instituição tem alcançado em todo o território nacional. *“Significa isso, que o BAÚ da Cidade de Maputo é a maior entidade licenciadora,*

*e consequentemente é esta instituição que fornece maior número de contribuintes ao Estado”,* frisou.


O nosso entrevistado crê que, o mesmo acontece em relação à Delegação da AT, na Cidade de Maputo, que ocupa mais de 60 por cento, em termos do universo de receitas de todo o País, à par do BAÚ – Cidade de Maputo no fornecimento de sujeitos passivos ao Estado.

Afirmou que, no primeiro semestre de 2021, mais de 3.500 contribuintes foram licenciados por aqueles serviços. *“Mensalmente, licenciámos mais de 500 cidadãos na área de Comércio e Serviços”,* ajuntou.

Porque a Cidade de Maputo possui características específicas, o comércio e serviços são as áreas predominantes de licenciamento, reiterou.

Destacou que, há uma grande evolução tendo em conta que no ano passado os licenciamentos foram suspensos. Presentemente, apesar do BAÚ – Cidade de Maputo funcionar de forma condicionada continua a licenciar os cidadãos.

Todavia, a situação pandémica do Covid 19 que grassa o mundo também afecta esta instituição. Neste momento, o horário do atendimento público vigora das 8h às 14h. *“Óbvio que, o número a ser atendido durante as oito horas de tempo não será atingido”,* disse.

Refira-se que, o BAÚ foi criado pelo Decreto nº 14/2007 de 30 de Maio. Trata-se de um espaço público de acesso fácil, onde os cidadãos em geral, beneficiam-se de vários serviços públicos, obtendo respostas às suas preocupações, dentro dos prazos estabelecidos. Tais serviços visam melhorar os serviços públicos através da simplificação, flexibilização e celeridade dos procedimentos administrativos relativos aos pedidos que lhes são presentes pelos cidadãos. 



## Problemática da Tributação na Economia Digital

# “É preciso ajustar a legislação e estabelecer acordos entre as administrações para maior controlo das transacções”

- Defende Américo Muchanga, PCA do INCM\*

Por: Bernardino Manhaussane

Num seminário realizado à margem da VIIª Reunião Nacional de Planificação, subordinado ao tema “Os Desafios e Perspectivas da Tributação na Economia Digital”, Américo Muchanga, PCA do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), fala do panorama que o avanço tecnológico trás para as economias, particularmente dos desafios para a captação de receitas do Estado, no âmbito da economia digital.

Muchanga, iniciou a sua intervenção referindo que os problemas de tributação em economias digitais não são apenas de Moçambique e que as nações enfrentam problemas que decorrem da expansão dos serviços de comunicações. Referiu-se, como exemplo, aos problemas das operadoras de telefonia móvel que não são entidades moçambicanas e não são regidas pela legislação do País. Como consequência, disse,



isto pode afectar as questões de segurança e precisamos de saber como nos defendemos de ataques ou crimes transnacionais.

Segundo deu a conhecer, o número de usuários da internet ao nível do mundo vai aumentando consideravelmente a cada ano, o que resulta no crescimento da comercialização de produtos e transacções com recurso à internet. Esta situação, no seu



entender, desafia a AT a se organizar para controlar estas receitas.

Num outro desenvolvimento, disse que a pouca legislação ajustada à tributação do comércio electrónico dificulta os governos a impor taxas fiscais a vendedores localizados fora dos seus territórios, ficando dependentes da tributação com base no produto físico quando chega ao seu país. “A tributação sobre serviços e bens não tangíveis é quase impossível, ficando-se muitas vezes limitados

à tributação sobre as transacções bancárias”, afirmou.

A fonte que temos vindo a citar reconhece haver muitas transacções financeira nos serviços relacionados com entretenimento, hotelaria, serviços, softwares, turismo, passagens aéreas, jogos, apostas em casinos digitais, apostas desportivas, e uma nova e crescente tendência de marketing digital baseado em ads espontâneos nos websites, que não são tangíveis e rendem muito dinheiro nas suas operações. Deu como exemplo de serviços prestados e ou comprados pelos moçambicanos através da internet como serviços de hotelaria e turismo, tais como reservas de hotéis, compra de pacotes turísticos, compra de bilhetes aéreos, em plataformas como Booking.com, e serviços de entretenimento como Netflix e Google Play, redes sociais, compra de livros e

músicas.

“Há cada vez mais tendência em uso de moedas virtuais e encriptadas, o que aumenta ainda mais o desafio sobre os governos no controlo das transacções e na tributação da economia digital. E com a pandemia da COVID-19, em muitos países, mais de 10% das

(\*) A quando da realização do evento, Américo Muchanga era PCA do INCM



*suas transações são baseadas no ambiente virtual”, referiu.*

Como desafio, sugere que se desenvolva uma estratégia de tributação da economia digital, que inclua instalação de sistemas que permitem a colecta da receita fiscal, o ajustamento da legislação para lidar com os fenómenos emergentes decorrentes da economia digital, onde os serviços podem

ser oferecidos num país que não é o domicílio do provedor e, para isso, é preciso ter colaboração com outras administrações.

Por outro lado, falou dos desafios cada vez maiores, relacionados com os ataques que ocorrem no espaço cibernético, tendo referido que está em curso um processo para a elaboração da segurança cibernética para evitar problemas de segurança.

Nas suas considerações finais, disse ser

preciso uma acção concertada entre a AT, BM, INCM e INTIC para uma resposta aos desafios que a economia digital coloca. *“Isto irá garantir o acesso a esta cadeia toda: conexão, cadastro, localização, plataforma de pagamento e a via usada pelo serviço. Se o serviço vem por via de um operador nacional aí entra o INCM, ocorrendo um pagamento, entra o BM”, finalizou.*

### III Jornadas Científicas da AT

## Instituição busca estratégias para maximizar a tributação da indústria extractiva

Por: Bernardino Manhaussane



Sob o lema “Por uma Tributação Sustentável da Indústria Extractiva como Vector para o Crescimento Inclusivo de Moçambique” decorreu a 15 de Setembro, em formato híbrido, a 3ª edição das Jornadas Científicas da Autoridade

Tributária de Moçambique (AT), um evento que juntou, para além de quadros da instituição, representantes de instituições públicas e privadas, bem como de instituições académicas e de pesquisa.

No seu discurso de abertura, a Presidente da AT, Amélia Muendane, referiu que a instituição iniciou a realização de Jornadas Científicas em 2018, com o intuito de estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas, tendo presente a necessidade



de melhoria da capacidade de arrecadação de receitas e da gestão dos processos decorrentes do sistema tributário.

Muendane, destacou que os impostos constituem a principal e a mais sustentável fonte de financiamento dos programas de desenvolvimento económico e social do país, representando, actualmente, cerca de 85% das receitas totais do Estado. *“Ainda assim, regista-se um défice estimado em 15% a 20%, o que exige do sistema tributário cada vez maior eficiência na arrecadação da receita”,* assinalou.

A exploração dos recursos minerais e petrolíferos, de acordo com a timoneira da Administração Tributária, representa uma janela de esperança, porquanto poderá projectar o País em termos de potencial de mobilização de recursos provenientes de receitas internas. Ainda de acordo com a dirigente, Moçambique figura no centro das atenções no que respeita à prospecção e produção do gás e do petróleo, dada a importante descoberta de reservas de gás na Bacia do Rovuma, que totalizam cerca de 180 trilhões de pés cúbicos recuperáveis.

A Presidente da AT avançou que a exploração do gás irá projectar o País para o grupo dos maiores produtores e exportadores deste recurso ao nível mundial, o que, segundo disse, impõe desafios adicionais ao Sistema Tributário Moçambicano na adopção de mecanismos para cada vez maior robustez na gestão dos processos de cobrança que advêm deste recurso.

Num outro desenvolvimento, fez saber que, nos últimos 5 anos, a indústria extractiva contribuiu, em termos médios na receita total, o equivalente a 7% e em, percentagem do PIB, cerca de 2,4%. *“Esta situação mostra que ainda existe um grande desafio para o sistema tributário, no que concerne à maximização de receitas provenientes deste sector, o que passa pela análise minuciosa dos riscos que decorrem dos contratos que são assinados pelo nosso país”,* considerou.



Juscelino Chimucwane, UEM



Carlos Mamboza, UJC

Estima-se que num cenário em que o risco fiscal é mínimo, o peso das receitas provenientes do sector petrolífero em relação às receitas totais estariam em cerca de 31,2%, e em termos de PIB a volta de 10,7%, o que mostra o vazio que ainda existe na capacidade de arrecadação de receitas provenientes do sector mineiro e petrolífero.

Desde o seu lançamento em 2018, as Jornadas Científicas da AT têm sido referência no Sistema Tributário Moçambicano, pelo seu contributo no aprimoramento das técnicas de captação de receitas e apresentação de recomendações sobre medidas a adoptar para a redução dos riscos fiscais, em termos de fuga ao fisco, elisão e outros males decorrentes de processos tributários.

Refira-se que da selecção dos trabalhos,

feita pelo júri constituído por quadros seniores da AT e de instituições de pesquisa académica, foram destacados os seguintes temas: Riscos de Ocorrência da Doença Holandesa na Economia Moçambicana - Caso do Carvão Mineral, da autoria de Noémia Nhantsave, funcionária da AT; Desenvolvimento do Sistema Tributário Moçambicano em Tempos de Crise - Reflexões sobre o Impacto da COVID-19 na Indústria Extractiva Moçambicana, da autoria de Carlos Mamboza, pesquisador da Universidade Joaquim Chissano, e; Indústria de Gás e Petróleo na Promoção do Desenvolvimento Económico e Social de Moçambique – Desafios e Perspectivas da Tributação: Caso do Projecto de Gás Natural de Panda e Temane, da autoria de Juscelino Chimucwane, estudante de mestrado na Universidade Eduardo Mondlane. 







## e-Tributação capacita funcionários do BAÚ

Por: **Liège Vitorino**

Três funcionários do Balcão de Atendimento Único - BAÚ da Cidade de Maputo, beneficiaram nos dias 29 e 30 do pretérito mês de Julho de uma acção de capacitação sobre o Módulo do Número Único de Identificação Tributária, vulgo NUIT, organizada pelo Projecto e-Tributação em coordenação com o Cadastro.

Trata-se da primeira acção do género que visa dotar os funcionários de competências, para pesquisa e atribuição de NUIT's, no âmbito da intenção de melhoria do processo de prestação de serviços ao cidadão na senda da melhoria do ambiente de negócios.

Tal intenção, visa igualmente assegurar a melhoria da posição de Moçambique na Avaliação do "Doing Business".

A referida formação contemplou a componente teórica e prática. Como monitores desta formação, o Projecto e-Tributação destacou o Gestor para a área de Negócio e Suporte Funcional no e-Tributação,

Engº Amorim Ambasse, que foi coadjuvado pelos técnicos Fernando Simões e Ivan Gemuce.

Na ocasião, o Engº Amorim Ambasse fez a contextualização do tema sobre o Módulo do NUIT, a estrutura, os tipos de NUIT, nomeadamente singulares e colectivos. Na categoria dos NUIT's colectivos mencionou as categorias na classe dos associados, das entidades públicas, das entidades estatais, privadas, diplomáticas e ONG's.

Entretanto, no final da formação, o Director Executivo do BAÚ da Cidade de Maputo, Xavier Alberto Timana, congratulou a iniciativa há muito esperada, que impulsionará o licenciamento das actividades, considerando que, o NUIT é o elemento-chave, para a efectivação deste processo.

Considerou fundamental a interacção entre a Autoridade Tributária (AT) e o BAÚ da Cidade de Maputo. Acrescentou que, aquando da

criação dos BAÚS, já devia ter acontecido, tendo em conta que o Decreto que cria os BAÚS agrega igualmente as funções de atribuição do NUIT e de Início da Actividade fiscal.

*"É claro que estamos satisfeitos porque vale a pena tarde do que nunca. Penso que, vamos reduzir o tempo em relação à atribuição do NUIT, consequentemente o licenciamento da actividade económica que é igualmente sujeito passivo do Estado", enfatizou.*

Em relação à formação que o Projecto e - tributação ministrou classificou a apresentação de bastante eloquente em que várias dúvidas ora colocadas foram esclarecidas, *"julgamos que, com base na formação estaremos em condições de trabalhar sem grandes constrangimentos", concluiu.*

**e-Tributação**  
SIMPLES, RÁPIDO, CÓMODO E SEGURO

## No Primeiro Semestre

# COVID-19 condiciona monitoria actividades da UTIE

Por: *Fénias Zimba*

A observância do protocolo sanitário, por conta da Covid-19, condicionou, no primeiro semestre do ano em curso, o decurso normal das actividades exercidas pela Unidade de Tributação da Indústria Extractiva (UTIE), no que concerne a monitoria dos empreendimentos com vista a controlar a situação operacional e estágio de implementação dos projectos. A informação consta do relatório das actividades desenvolvidas pela UTIE, no período em referência.

Segundo o documento, para o ano de 2021, a unidade tem previsto a realização de 60 trabalhos de auditorias e visitas de fiscalização, abrangendo sujeitos passivos que desenvolvem actividades na indústria extractiva em todo o país, sendo que para o primeiro semestre, estavam previstas 30 auditorias, das quais 10 a serem realizadas na zona Sul e 20 na zona Centro, no entanto, neste período não foram realizadas quaisquer auditorias, pelo facto de todos os trabalhos terem sido suspensos, no âmbito das medidas de prevenção da Covid-19.

Por forma a reverter o cenário, avança a fonte, está em curso o desenho de um protocolo de monitoria em época de Covid-19, de modo a dar cumprimento às actividades programadas para 2021, sendo que se prevê o início das acções de monitoria para o segundo semestre.

Num outro desenvolvimento, o Relatório refere que, não obstante os constrangimentos trazidos pela pandemia da Covid-19, que não permitiu a realização integral das actividades da UTIE, neste período, a unidade realizou



acções de análise fiscal da operação relativa a re aquisição das participações de algumas firmas, como são os casos da japonesa Mitsui, na mina de carvão de Moatize, na província de Tete e no Corredor Logístico de Nacala, esperando-se arrecadar, com estas operações, um imposto de 6,2 milhões de USD.

Paralelamente, a UTIE fez o acompanhamento do leilão online de rubis organizado pela empresa Montepuez Ruby Mining, Lda, acto que resultou no apuramento de Imposto sobre a Produção Mineira (IPM) de cerca de 5,89 milhões de USD, correspondentes a 10% da receita total.

Ainda no mesmo documento, consta que no âmbito da análise e emissão de pareceres fiscais, a UTIE procedeu com a análise das

implicações fiscais do Imposto de Selo nas garantias e/ou títulos de garantia, derivadas da implementação da estrutura revista do empreendimento Golfinho-Atum ("G-A") da Bacia do Rovuma, a qual resultou na cobrança de Imposto de Selo no valor de 3,21 mil milhões de Meticais, valor que deu entrada na Unidade de Grandes Contribuintes de Maputo.

Refira-se que a sessão de leilões acima mencionadas colocados em exposição em Dubai, Índia e Bangucoque para visitas pessoais e privadas dos clientes, para posterior licitação por meio de uma plataforma de leilões online especificamente adaptada para Gemfields e que permitiu que clientes de várias jurisdições participassem de uma licitação em formato fechado e processada em uma plataforma online. .



*De Janeiro a Setembro do presente ano*


## DAll recupera mais de 544 milhões de meticais para os cofres do Estado

Por: **Bernardino Manhaussane**

A Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAll) da Autoridade Tributária de Moçambique encaixou para os cofres do Estado, de Janeiro a Setembro do presente ano, pouco mais de 544 milhões de meticais.

O montante resulta das fiscalizações de bebidas alcoólicas, tabaco manufacturado, mercadorias diversas e viaturas em situação irregular, realizadas em todo o País, bem como da análise de perfis de risco nas

declarações e auditoria pós-desembaraço aduaneiro.

Refira-se que a AT criou, recentemente, os Núcleos Provinciais de Fiscalização, com o objectivo de garantir maior controlo das equipas que se fazem ao terreno, quer no âmbito de fiscalização à facturação porta-a-porta, como na fiscalização de mercadorias em circulação. Para tal, foram criados postos fixos e móveis que tem vindo a reforçar o controlo de mercadorias em todo território nacional, isto é, nas fronteiras, nos pontos estratégicos das rodovias nacionais, em estabelecimentos comerciais, sucursais e em todos os sectores da actividade económica, em função do perfil de risco. 


*Em Manica*

## AT apreende mais de 2500 caixas de produtos cosméticos

Por: **Fenias Zimba**

A Delegação provincial da AT, através dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Manica aprendeu no dia na primeira semana de Setembro corrente, a apreensão de 2762 caixas de produtos cosméticos. São apontadas como causa desta apreensão, a subfacturação e ausência de documentos de Autorização pela entidade competente, no caso em apreço, o Ministério da Saúde (Decreto - Lei 12/2017 de 08 de Outubro).

Com a apreensão desta mercadoria, o Estado estima recuperar uma receita, aproximadamente, de 1.200.00 (Um milhão e duzentos mil meticais).

Refira-se que os produtos ora apreendidos são provenientes de Congo, tendo entrado no País pela Fronteira de Cassacatiza, Província de Tete. 





Para a melhoria do ambiente de negócio e comércio externo

## “Seremos cada vez mais activos na promoção de novos investimentos e diversificação das exportações”

- Quem o diz é Gil Bires, Director-geral da APIEX

Por: Fenias Zimba



O Director-geral da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações afirmou, recentemente, que a instituição sob seu comando será cada vez mais activa na promoção de novos investimentos e diversificação de exportações, por forma a garantir a melhoria do ambiente de negócio em Moçambique.

Numa entrevista concedida, à reportagem da Folha da AT, Gil Bires destaca, igualmente, o contributo da iniciativa inovadora na realização da FACIM 2021, de forma híbrida (presencial e virtual), que segundo

o director, permitiu para uma ampla visualização e exposição das oportunidades e potencialidades económicas de diversas regiões, bem como do potencial exportável, existente em cada província de Moçambique. Nas linhas que se seguem, acompanhe, na íntegra, a entrevista.

### Folha da AT: Fale-nos da APIEX e das suas atribuições.

Gil Bires: A APIEX é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Funciona sob a tutela do Ministro que superintende a área da indústria e comércio. Foi criada em 2016, porém, só entrou em funcionamento em meados de 2017, isto é, 6 meses depois da sua criação., É assim como previa o diploma da sua criação, por forma a dar tempo para que se preparasse todas as condições para o seu funcionamento, dado que a APIEX surge como resultado da extinção de 3 instituições, nomeadamente, o Centro de Promoção de Investimento (CPI), o Gabinete de Zonas Económicas e Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) e o Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX).

No que concerne às atribuições, a APIEX tem como pilares, coordenar todos processos relacionados com a promoção e facilitação de processos de investimento público e privado de origem nacional ou estrangeira. O segundo

pilar prende-se com a coordenação de acções relacionadas com o desenvolvimento e gestão das zonas económicas especiais (ZEEs) e zonas francas industriais (ZFI) e o terceiro a promoção das exportações nacionais.

**FAT: O Director acaba de referir que a APIEX é fruto da fusão de 3 instituições. Pode-nos explicar o que é que esteve por detrás da criação desta nova instituição.**

GB: Antes de responder a vossa pergunta, permitam-me dizer que, em outros quadrantes do mundo, países, sobretudo da região, o domínio de investimento anda sempre associado ao domínio de exportação e Moçambique não pode fugir dessa tendência. E quando assim acontece, a agência de investimento para além de lidar com investimento, cuida, também, das exportações, pois, são domínios indissociáveis. É preciso notar que, quem promove investimento, também está promovendo exportações, daí a criação da APIEX com o mandato institucional de promover investimentos e exportações.

Respondendo a vossa pergunta, diria que a APIEX foi criada para aglutinar, de forma integrada, numa única entidade as acções de promoção de investimento privado e das exportações com vista a dinamização do ambiente de negócio, optimização de recurso e criação de maior sinergias nesta área de relevo e impacto na economia nacional.

Esta iniciativa para além de permitir a instituição, uma fácil e rápida articulação com as outras instituições que lidam com estas matérias, dinamizando o processo, permite ao cidadão que quer investir no país e exportar, obter informações com muita flexibilidade.

**FAT: Fazendo uma retrospectiva, que balanço faz dos 4 anos de funcionamento da APIEX.**

GB: Tomando em consideração que os objectivos que foram definidos pelo governo



aquando da criação da nova agência, estão sendo cumpridos posso afirmar que o desempenho é positivo. Como dizia antes, a tendência actual é ter agências que promovem investimento e também tenham responsabilidade de promover exportações.

Olha que no passado um investidor que quisesse investir no país tinha que se dirigir a uma instituição de promoção investimento para ter informação sobre as condições para investir, quadro legal, requisitos e garantias e deslocar-se a uma outra para ter informações sobre as exportações, mesmo havendo capacidade técnica por parte dos funcionários da instituição de promoção de investimento, o que não acontece actualmente, pois, existe uma única agência que tem este mandato de, por um lado promover investimento e por outro promover exportações.

**FAT: Moçambique e o Mundo ressentem-se das consequências da COVID-19, o que tem condicionado o funcionamento normal das economias. Até que ponto as consequências pandémicas terão impactado negativamente na promoção de investimento e no comércio externo.**

GB: É preciso termos presente que falar da COVID-19, é falar de uma pandemia com efeitos globais e Moçambique não sendo uma ilha, ficou, igualmente, afectado. Contudo, tal como é de conhecimento de todos, os efeitos económicos da pandemia são devastadores e tiveram um impacto negativo nas nossas acções, condicionando a submissão de muitos projectos por parte dos investidores.

A título ilustrativo, se formos a ver os dados estatísticos sobre os investimentos, notaremos que de persi revelam, claramente, que houve uma ligeira redução de volume de investimento por conta do impacto da pandemia na economia global. “Nós somos um país que atrai investimento e promove exportações e se no contexto global houve uma retracção, tanto de investimento, como

das exportações, com certeza que isso faz se sentir no contexto da nossa economia. É uma realidade que passado esse período, continuamos a enfrentar, por isso há que encontrar mecanismos de fazer face a essa realidade.

O que temos vindo a fazer como APIEX, é desenhar estratégias tendo em vista continuar a promover o país como um destino preferencial de investimento, continuarmos a promover o potencial económico que o país, nos diversos sectores das actividades económicos tem, por forma a atrair novos investimentos, bem como diversificar as exportações.

O mundo tem estado apostado em novas formas de atrair investimento e nós não fugimos a regra, continuamos a participar em eventos promocionais e nas situações em que não podemos participar presencialmente, o fazemos de forma virtual.

Paralelamente, continuamos a promover eventos que, de certo modo, dinamizam a economia, como é o caso da FACIM, uma plataforma de promoção de negócio e investimento, que dada a situação do COVID-19 a edição deste ano realizou-se de forma híbrida (presencial e virtual).

Portanto, continuaremos a apostar em diferentes ferramentas para podermos

promover o país como destino preferencial de investimento e continuarmos a criar condições para que mais investidores nacionais e estrangeiros continuem a investir, pois, a economia, gradualmente, vai reabrindo e esta reabertura gradual cria novas oportunidades de investimento.

**FAT: Que ilações podem se tirar da inovação introduzida este ano na realização da 56ª edição da FACIM (feira híbrida).**

GB: Primeiro é preciso dizer que foi uma experiência desafiante realizar a feira internacional nas condições actuais, se estiverem lembrados, no ano passado a FACIM não se realizou por conta da COVID-19. Mas como a situação prevalece neste ano a decisão foi de encontrar algum mecanismo de realizar a feira, observando o protocolo sanitário instituído pelo Ministério da Saúde, daí que optamos pelo modelo híbrido, o que foi um desafio enorme, tanto para nós na qualidade de organizadores, para os expositores e para os próprios visitantes.

Como a decisão já tinha sido tomada, aliada a necessidade de cumprir estritamente o protocolo sanitário levou-nos a trabalhar com o Ministério de Saúde, tendo sido aprovado um plano de emergência que foi implementado na íntegra e garantido o sucesso da realização da feira.





Podemos dizer, sem receio algum, que a realização da 56ª Edição da FACIM 2021, foi um sucesso, tendo em conta os resultados alcançados. Notem que apesar das incertezas que tínhamos antes da organização, verificou-se uma boa participação. Em termos de expositores nacionais e estrangeiros, foi, igualmente, positivo, avaliando o nível de participação tanto no formato presencial como virtual e, bem assim, os seminários temáticos organizados durante o evento. Outra nota de destaque esta relacionada com a inovação e nível de organização demonstrado pelas províncias, visto que as províncias fizeram réplicas a nível local da FACIM (a Província de Maputo foi a única que participou de forma presencial).

Importa referir que participaram nesta Edição 878 expositores nacionais (Províncias, instituições públicas, empresas públicas e privadas e outras entidades), dos quais 569 em formato virtual e 309 em formato presencial, 44 expositores estrangeiros, dos quais 19 em formato virtual e 25 em formato presencial, ligados a diversos sectores sócio-económicos. Esta Edição contou igualmente com participação de 13 países dos quais 4 em formato virtual.

De uma forma geral, podemos dizer que a forma híbrida é uma experiência para capitalizar nas edições futuras da FACIM, para que continue a ser um espaço privilegiado para se fazer negócio, tanto para expositores nacionais, como para os estrangeiros e porque não como um lugar que proporciona

oportunidade de negócio para as pequenas e médias empresas expor os seus produtos e serviços. Aliás, estes últimos trouxeram maior diversidade de bens e serviços, razão mais que suficiente para continuarmos a apostar nelas, até porque são o maior segmento de tecido empresarial nacional.

#### **FAT: O que pode se dizer do nível de interação entre APIEX e AT.**

GB: Pelo seu mandato institucional, a APIEX e a AT são e devem continuar a ser instituições parceiras. Nota que a APIEX tem como um dos objectivos promover investimentos e exportações e, por conseguinte, o domínio de investimento e exportações tem implicações nas actividades da AT, particularmente, na captação de receitas fiscais, onde entra a AT, nosso parceiro.

Posso vos garantir que há troca permanente de informações, entre as duas instituições, no domínio de investimento. A AT tem recebido, regularmente, através do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional todas as informações estatísticas sobre investimentos aprovados no país, o que mostra o quão temos trabalhado em conjunto.

A par disso, temos articulados no acompanhamento dos projectos que são aprovados anualmente, porque é preciso ter em conta que o papel da APIEX não termina com a aprovação dos projectos, antes pelo contrário, começa com a aprovação do projecto, depois vem o trabalho de monitoria

e acompanhamentos dos mesmos. Esse trabalho de monitoria é feito de forma envolvente, incluindo instituições que são relevantes no domínio de investimento, como é o caso da AT.

A mesma articulação é feita, também, no domínio da concessão de benefícios fiscais, pois os projectos submetidos à APIEX têm uma finalidade, que passa necessariamente, para além das garantias, em beneficiar dos incentivos fiscais previstos nos termos da lei (Código dos Benefícios Fiscais). Portanto, temos tido grande interacção em vários domínios, com certeza, continuaremos a ser grandes parceiros, pois os nossos mandatos institucionais assim o impõem.

#### **FAT: Que comentário tem a fazer sobre o papel da comunicação para o desenvolvimento institucional?**

GB: A componente de comunicação é nevrálgica para o funcionamento e desenvolvimento institucional, pois, é através desta área, que a organização, por um lado, garante o melhor fluxo das informações dentro da instituição e, por outro, expõe-se, positivamente, aos seus parceiros e ao seu público. Creio que as instituições precisam ser "agressivas" nesta componente, pois, com recurso aos diversos canais de comunicação institucionais podem informar e educar o cidadão, seja nacional ou estrangeiro, sobre direitos, deveres e obrigações para com o Estado.

Olha que no caso da APIEX, antes da submissão de qualquer projecto é necessário que o investidor seja informado sobre todas as condições necessárias para realizar o seu investimento, os benefícios que o Código dos Benefícios Fiscais lhe proporciona, bem como as garantias. Numa aposta forte na comunicação, essas informações são passíveis de serem partilhadas para qualquer investidor tanto estrangeiro como nacional, sem, no entanto, haver necessidade de se aproximar a instituição. 🌱





## “Se querem singrar na vida laboral que sejam humildes, sérios e dedicados!”

- quem aconselha é Anchura Urcy, a nossa entrevistada para a presente edição

Por: Bernardino Manhaussane



Anchura Urcy, funcionária da AT, abriu-nos a sua porta para, num dedo de conversa, nos falar da sua vida pessoal e do seu percurso na instituição. Com o seu jeito afável, a nossa entrevistada fala-nos da sua infância, do seu percurso académico, das experiências laborais por que passou, bem como do que gostaria de ver na instituição nos próximos tempos.

### FAT: Como foi a sua infância?

R.: Nasci na Província de Inhambane, Distrito de Homoine local onde viviam os meus avós e onde cresceram os meus pais e alguns familiares. Sou a 5ª de 7 irmãos.

Grande parte da minha infância, passei na cidade de Inhambane, viajando pelas cidades

de Homoine, localidade de Machavela, cidade da Maxixe e de Vilanculos pelo facto dos meus pais serem comerciantes e terem, na altura, nestes locais, lojas onde vendiam mercadoria diversa assim como compravam para posterior venda copra, amendoim e castanha de caju.

Sou de uma família em que se cruzam os princípios da religião muçulmana e do cristianismo pois parte dos membros da família professa esta religião.

A minha infância caracterizou-se por conciliar a madrassa onde aprendi o alfabeto árabe e os princípios da religião muçulmana e a educação que tínhamos em casa e na escola primária onde predominava o catolicismo.

Quando criança brincava “a cabra cega”, neca, “avião de ouro”, “lencinho caiu da mão”, às panelinhas, jogava damas, palavras cruzadas, jogo de “nomes de terras, animais, objectos, etc”, fazia parte do grupo dos continuadores pois gostava de dançar, cantar e declamar poesia. Adorava ler e tinha uma rede de amigos e conhecidos para troca e empréstimo de livros. Nestas leituras, enquanto não terminasse a leitura do livro, fosse banda desenhada, romance, fotonovela, não conseguia dormir, pois andava sempre ansiosa em ver o fim da história. Amava ver o nascer e o pôr-do-sol. E tirava bom proveito deste cenário pois vivia perto da praia da baía de Inhambane. Gostava

muito de à noite, me sentar à lareira com os meus irmãos, primos, amigos e empregados dos meus pais para ouvir “karinganas”. Muito viajei nos romances, fotonovelas, contos e fábulas tradicionais orais que ouvia e lia nesses momentos e muito aprendi.

Também gostava de fazer trabalhos manuais, pois muito aprendi na Escola Primária Feminina, a partir de coisas tão simples como palha, jornais, cascas de coco, sementes de fruta, etc, fazia quadros, cestos, bonecas, e outros objectos, aprendi a fazer bordados, a fazer bolos, sobremesas e a cozinhar, enfim...

Mais tarde passei a praticar desporto. Joguei futebol de 11 e basquete como federada, no Grupo Desportivo de Inhambane.

Com os meus 10 anos ajudava a minha mãe a fazer a contabilidade da loja, preencher os formulários diários e mensais sobre as vendas e aquisições e levava tais informações à Direcção Provincial de Comércio e das Finanças da Cidade de Inhambane.

Tive um cheirinho das actividades desenvolvidas nas escolas pela mocidade portuguesa, onde aprendi a viver e conviver em grupo e aceitar as diferenças individuais.

### FAT: Fale-nos um pouco do seu percurso académico.

R.: Fiz o ensino primário em 1976 na Escola



Primaria Feminina de Inhambane que depois da independência passou a designar-se Escola 7 de Abril. Porque as salas de aulas não eram suficientes atendendo ao número de meninas matriculadas, algumas turmas, incluindo a minha, passaram para a Escola Primária Carvalho de Araújo, actualmente 3 de Fevereiro.

Feito o ensino primário, passei para a Escola Secundaria Emília Dausse, onde conclui a 9ª

**‘... a pedido da UEM leccionei a cadeira de Metodologia de Estudo e de Investigação’**

classe em 1982. O mesmo dilema de sala de aulas insuficientes se deu nesta escola e passamos a ter aulas na Escola Técnica Industrial e Comercial Vasco da Gama, actual Escola Técnica Eduardo Mondlane. Quando conclui o ensino secundário geral, o país deparava-se com o problema de falta de professores derivado da saída de quadros portugueses que leccionavam nas escolas. Fez-se um levantamento na minha escola para a selecção de alguns alunos com notas altas e aptidão para formação de professor e os que tinham notas baixas poderiam dar continuidade dos seus estudos na Escola Pré Universitária de Chokwe, em Nhachicoluana e outros na Escola Francisco Manyanga em Maputo. Foi neste contexto que fui seleccionada para fazer parte do Grupo 8 de Março, vindo à Maputo para frequentar na Universidade Eduardo Mondlane o Curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa para o Ensino Secundário tendo concluído esta formação em 1984 e colocada a leccionar esta disciplina na Escola Secundária Josina Machel, na cidade de Maputo. Em 1986 por necessidade do Estado e do Governo fui transferida para a República de Cuba, onde leccionei a mesma disciplina nas Escolas Moçambicanas na Ilha da Juventude até 1991.

Regressada de Cuba continuei com os meus estudos na UEM, Faculdade de Letras onde me formei como Linguista, em 1999, estando nessa altura colocada novamente na Escola Secundária Josina Machel e depois transferida para o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE). Nesta Instituição trabalhei no Grupo de Educação Bilingue como investigadora, formadora e na elaboração de programas e curricula de ensino e na formação e capacitação de alfabetizadores em Cabo Delgado para o ensino bilingue em língua portuguesa e nas línguas maternas moçambicanas (Makua, Makonde e Mwanji) e na elaboração do Currículo de ensino bilingue em vigor no ensino primário no país. Frequentei o Mestrado em Comércio

Internacional no Instituto Europeu de Pós-graduação na Espanha num processo de ensino à distância via internet, mas por motivos diversos ainda não concluído.

Durante a minha vida como funcionaria do Estado quer estando vinculada ao Ministério da Educação quer estando nas Alfandegas participei em várias formações com maior incidência sobre matéria relacionada com todos os Acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC e tive a sorte de participar no 20º Curso de Política Comercial realizado em Genebra, Suíça e matéria sobre as Regras de Origem, Valor Aduaneiro e Sistema Harmonizado da Pauta Aduaneira no âmbito da SADC e do comércio internacional.

**FAT: Como e quando entra para a Função Pública?**

R.: A partir do momento em que ingresso na Faculdade de Educação com os meus 17 anos e me formo como professora de Língua Portuguesa passo a fazer parte da família da Função Pública. O meu primeiro ano de trabalho efectivo foi em 1984. Antes deste ano, enquanto me formava trabalhei como tarefeira na área de cartografia e documentação do Arquivo Histórico da UEM durante 2 anos.

Em 1999 em resposta a um anúncio do jornal Noticias através do qual a Crown Agents pretendia recrutar licenciados para chefiarem departamentos nas Alfândegas, candidatei-me, formei-me em matéria aduaneira, paramilitar e de gestão e liderança, fui seleccionada de entre mais de 3000 candidatos para trabalhar nesta Instituição.

De 2009 à 2015 a pedido da UEM leccionei a cadeira de Metodologia de Estudo e de Investigação na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

**FAT: Ao longo da sua carreira chegou a desempenhar cargos de gestão na área aduaneira, mesmo no período**



**da reestruturação das Alfândegas, pela Crown Agents. Que experiência laboral e paramilitar gostaria de partilhar?**

R.: Quando ingressei nas Alfândegas fui colocada primeiro no Departamento da Pauta e Valor Aduaneiro para coordenar a implementação do Sistema do GATT para a Avaliação de mercadorias e depois a chefiar esta Divisão até 2009. Nesse processo para além de preparar a informação sobre as novas regras de avaliação andei pelo país a formar os funcionários aduaneiros, com vista a harmonizar os procedimentos de trabalho nessa matéria e formação dos operadores comerciantes, despachantes, etc., concepção de manuais de procedimentos e textos de apoio. Também era responsável pela elaboração de material para a publicitação do Acordo para as Organizações nacionais e internacionais interessadas, operadores comerciais e o público em geral. Outra actividade por mim desenvolvida consistia em recolher, catalogar, arquivar, traduzir, analisar e sintetizar os materiais e informação provenientes da Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial das Alfândegas (OMA), das Alfândegas dos países da SADC e de outros países e com

base na informação neles constantes e na sua experiência, produzir os materiais acima mencionados.

Outra actividade que desenvolvia relacionava-se com a Pauta Aduaneira e sua harmonização no âmbito da SADC pois, por indicação, era membro da equipa ad-hoc para harmonização da Pauta da SADC, fazendo parte da mesma funcionários aduaneiros de todos os países membros da SADC.

De 2009-2012 trabalhei como Chefe da Unidade de Visitas de Controlo da Matola (UVC) como gestora e Chefe desta Unidade e tinha a responsabilidade de controlar os Armazéns Aduaneiros para os produtos petrolíferos, controlo e cobrança do ICE - Controlo de Produção nacional de mercadorias cativas do ICE, controlo do Sector das Zonas Francas Industriais e controlo das importações destinadas à SASOL e do Posto Fiscal de Temane/Pande.

De 2012 -2013- Fui colocada na Delegação Aduaneira de Namaacha como Chefe da mesma.

Como gestora e responsável pela Delegação, controlava todas as actividades

desenvolvidas no Distrito de Namaacha considerando a componente aduaneira e de toda a jurisdição sob a sua tutela, os movimentos das mercadorias que entravam e saiam do território moçambicano através desta Fronteira.

De 2013-2014- Trabalhei na sede da Direcção Geral das Alfândegas como Chefe da Divisão de Regras de Origem.

Neste Sector, tinha a grande responsabilidade de controlar a implementação do Acordo da SADC no contexto da União Aduaneira e aplicação das regras que determinam a origem das mercadorias estabelecidas no âmbito do Acordo, para além de controlar a aplicação das regras de origem ao abrigo de outras convenções das quais Moçambique é signatária tal é o caso do Acordo com a EU, AGOA, com a China, Acordos com alguns países vizinhos tais como com o Zimbabwe e Malawi, controlo das Empresas e produtores nacionais registados no MIC que beneficiavam do uso de critérios de certificação de mercadorias para exportação para vários países da região e para outros mercados, sensibilização dos produtores





nacionais para exportarem os seus produtos se reunissem os requisitos exigidos considerando as convenções e os países para os quais se pretendia exportar, controlo dos certificados de origem para evitar infracções melhorar a arrecadação da receita, de entre varias actividades.

Durante o tempo em que trabalhei neste sector, fui indicada para participar como membro das equipas multissetoriais no âmbito das negociações do Tripartido (SADC, EAC e COMESA) em matérias da pauta aduaneira e regras de origem, no contexto da criação da Zona de Comércio Livre Africano e nas equipas multissetoriais no âmbito das negociações entre a SADC /APE e a EU.

Parte do ano 2014 – Trabalhei no Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional (GPECI) como Chefe da Divisão de Estudos.

Nos meados de 2014 – em diante – Venho trabalhando no GPECI como Gestora de Assuntos de Feiras Internacionais.

Em suma diria que resultante da formação (quer no país quer fora) sobre as matérias relacionadas com a OMC e OMA e da minha entrega e dedicação durante os anos em que trabalhei nas Alfândegas como gestora sénior e responsável pelos sectores por onde passai, hoje posso afirmar que ganhei alguma experiência na área aduaneira quanto a gestão e controlo da tramitação e análise dos processos relacionados com o desembaraço aduaneiro de mercadorias considerando os regimes aduaneiros, as matérias relacionadas com as actuais regras usadas para avaliação, classificação de mercadorias, sobre a aplicação dos critérios relativos às regras de origem ao abrigo das várias convenções, sobre os procedimentos para o controlo de cobrança do Imposto sobre Consumo Específico (ICE), controlo de combustíveis e das Zonas Francas e Económicas Especiais, gestão e controlo de fronteiras, gestão e controlo de equipas dedicadas a estudos

## ‘ *A gestão paramilitar é muito diferente da gestão de um outro sector público.*’

de temas vários, tratamento de informação relacionada com as políticas da OMC, OMA e várias Convenções Internacionais das quais Moçambique é signatária, gestão da participação da Autoridade Tributária nas feiras nacionais e internacionais e em outros eventos como seminários e exposições.

A gestão paramilitar é muito diferente da gestão de um outro sector público. Para além da capacitação que qualquer um possa ter sobre liderança e gestão a que também fui submetida acresce aqui nas Alfândegas a componente paramilitar que envolve a aptidão física, práticas com armas de fogo e liderança na cadeia hierárquica paramilitar que passa necessariamente por coordenar e disciplinar os efectivos com que se lidava no terreno, na postura, evolução (voz de comando e ordem unida) nas formaturas e paradas oficiais, tudo tendo em conta a exigência acrescida em termos de rigor, disciplina e respeito hierárquico que a natureza paramilitar dos efectivos exige, visto tratar-se de elementos paramilitares devidamente fardados e com patentes visíveis e por vezes usando armas de fogo.

Foi uma experiência gratificante, não muito fácil a principio, tanto mais que ainda hoje continua a haver poucas mulheres a darem

voz de comando a frente de uma formatura de homens em parada há 20 anos certamente seria mais difícil ser aceite e levada à serio, fazendo-se impor e merecer o respeito pelo exemplo sem que alguma vez tivesse que recorrer a meios coercivos para se impor.

Saliento no entanto, olhando agora à distância e rindo-me das dificuldades iniciais recorro com alguma saudade os tempos em que estive na área operacional e orgulho-me pelo facto de ainda hoje, não sendo já meus colegas no terreno e nem meus subordinados muitos são ainda os colegas dessa altura que me contactam e me dispensam a atenção e algum carinho, quando já não têm qualquer relação de dependência em relação a mim e, nalguns casos, sendo que alguns até já são meus superiores hierárquicos.

**FAT: Como olha para a AT hoje, volvidos cerca de 15 anos da sua criação, no que diz respeito à sua evolução e organização?**

R.: Crescemos e evoluímos. Vejo uma AT mais proactiva! Mais ligada aos contribuintes e que vai sempre ao seu encontro para melhor interação com estes pois estes é que constituem a sua razão de existência!

Temos mais infraestruturas, mais meios de trabalho e de comunicação, maior uso de meios e estratégias para disseminação de informação sobre matéria tributária sendo uma delas a participação da Instituição em feiras nacionais e internacionais, uso de tecnologias modernas de informação e melhor interligação com os bancos que muito ajudam e facilitam na tributação, no comércio transfronteiriço e contribuem no controlo da arrecadação da receita e da fuga ao fisco.

Temos uma grande timoneira de quem nos orgulhamos, que nos guia, orienta no desenho das melhores estratégias rumo ao alcance dos objectivos traçados para o melhor desempenho e performance da nossa Instituição.

**FAT: O que gostaria de ver acontecer na instituição nos próximos tempos?**



R.: Olhar para o funcionário da AT como uno. Funcionário capaz de trabalhar nas duas áreas de tributação. Acabar com a barreira que diferencia o aduaneiro e o funcionário dos impostos internos. Essa distinção já não se verifica nos funcionários que trabalham nas áreas comuns no edifício sede, não obstante a maioria ser proveniente da área aduaneira.

Maior rotatividade dos funcionários entre as duas áreas de trabalho (imposto interno e externo) para uma melhor, eficaz e eficiente performance e desempenho dos funcionários isto tendo em conta a nova estruturação organizacional da instituição.

Outro aspecto a que gostaria de fazer referência é a necessidade de se dar maior enfoque na formação dos funcionários em matéria de auditorias e fiscalização pois constitui e será sempre a principal actividade da nossa instituição.

Considerando a situação em que actualmente vivemos devido ao COVID 19 seria de apelar mais atenção aos Recursos Humanos. Criação de condições para melhor atendimento, assistência médica e medicamentosa (mesmo após a pandemia) podendo até se estabelecer parcerias e memorandos de entendimento entre a AT e alguns hospitais públicos e privados para uma melhor assistência aos funcionários activos e reformados.

**FAT: Que conselhos deixa aos colegas mais jovens para uma carreira profissional de sucesso?**

R.: Os jovens não sabem escrever e para terem domínio dessa habilidade passa necessariamente por leitura. Saber ler. Quem não lê não pode saber escrever.

A Escola, o ensino dá-nos as ferramentas e nós devemos saber tirar proveito delas para prosperarmos profissionalmente.

A instituição tem muitos jovens licenciados e alguns com mestrados mas mesmo com tais formações e diplomas deixam muito a desejar pelo que o conselho que eu dou é que leiam e muito, bebam muito do grande acervo de legislação existente sobre a matéria tributária, que se especializem nessas matérias pois a Instituição precisa de experts e não de diplomas destituídos de conhecimentos. A instituição devia criar momentos para debate, para espevitarem as mentes desta juventude e se tornarem mais comunicativos.

Se querem singrar na vida de forma geral e na vida laboral que sejam humildes, sérios, dedicados, pontuais, assíduos e que se norteiem pelos princípios da ética e deontologia profissional. 🌱

## Perfil

Nome:

Anchura Aligy Abdula Urcy

Idade: 58 anos: 20 de Julho de 1963

Momentos livres:

Adoro praia gosto do cheiro da maresia, amo brincar com plantas, animais e com a terra.

País de sonhos:

Zanzibar, rodeada de lindas e diferentes praias (Tanzânia)

Prato preferido:

rancho e matapa com todos (dzitogoma, carangueijo, camarão seco e fresco)

Algo de que não goste:

fofoca, intriga e preguiçosos

Uma citação:

“o sopro que alimenta a chama, também a pode apagar”

## “A Vodacom paga os seus tributos não só porque é uma obrigação, mas porque é uma forma de garantir o financiamento das actividades do sector público”

- Afirma Beatrice Mabhena, Directora Financeira da Vodacom

Por: Bernardino Manhaussane

Em entrevista à Folha da AT, Beatrice Mabhena, Directora Financeira da Vodacom, dá a conhecer um pouco do percurso da empresa, desde a sua entrada no mercado, em 2003, bem como das inovações que precipitaram o crescimento daquela que é conhecida como uma gigante no sector da telefonia móvel no País. Como não poderia deixar de ser, fala, também, do contributo fiscal da empresa e da sua importância para o desenvolvimento de políticas públicas.

**A Vodacom Moçambique começa a operar em 2003, numa altura em que no País só existia uma operadora de telefonia móvel. Nessa altura, como foi penetrar o mercado e levar os clientes a aderirem aos vossos serviços?**

Entrámos num mercado onde já existia uma operadora que detinha o monopólio do mercado. Isso fez com que os primeiros anos da Vodacom fossem dominados por uma concorrência muito agressiva entre as 2 empresas. Na época, a operadora existente era considerada a marca dos moçambicanos, os clientes eram muito fiéis e tinham uma ligação emocional com esta marca.

Os nossos produtos e serviços, a nossa comunicação e em geral a nossa forma de actuar no mercado, foram cruciais para nos ajudarem a ser uma marca muito forte, aos poucos conquistamos o mercado e nos tornamos líderes, que somos até hoje.

**Volvidos cerca de 18 anos da sua existência, que soluções inovadoras a Vodacom Moçambique se orgulha de ter trazido aos seus clientes?**

Há muitas inovações que a Vodacom trouxe para o mercado e das quais se pode orgulhar, afinal são 18 anos de história! Entre tantas posso destacar o lançamento de produtos como o Jackpot que multiplica os benefícios do pacote que o Cliente compra por 3 vezes, o Txuna que permite que o Cliente faça empréstimo de crédito e dados, o Bom dia que oferece benefícios de voz e dados mais baratos entre às 5h e as 11h, o Presente Perfeito que por apenas 3MT, o Cliente pode oferecer um pacote especial de dados ou voz, durante o fim-de-semana, o SoPraTi uma oferta especial desenhada de acordo com o comportamento do Cliente, o NetControl que protege o crédito do cliente quando o seu pacote de dados termina, o WFT ofertas exclusivamente de dados para aceder ao WhatsApp, Facebook e Twitter, Ofertas Top que são pacotes combinados mensais, ricos em voz e dados específicos para o segmento de alto valor e sem dúvida um dos serviços mais inovadores que é o M-Pesa.

Para além destes produtos de cariz comercial, temos que realçar também outras iniciativas de natureza social, que têm como objectivo principal ajudar no dia-a-dia dos nossos Clientes, principalmente considerando o contexto da pandemia da Covid-19. Alguns exemplos são o serviço Bebé e Eu que permite que as mães recebam informação de forma gratuita, via SMS, sobre o desenvolvimento do nascituro (criança por nascer) durante as 40 semanas de gestação e o desenvolvimento motor e cognitivo do recém-nascido,

Beatrice Mabhena, Vodacom



incluindo alertas sobre vacinação, cuidados com a saúde e dicas nutricionais para a mãe e para o recém-nascido, até dois anos. Este serviço por exemplo foi desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde e com uma instituição denominada IVAS. Na mesma linha, também desenvolvemos um serviço sobre Nutrição, que fornece um guia completo de nutrição para recém-nascidos e crianças de um mês aos três anos de idade, desde a amamentação até alimentos complementares adequados para bebés acima de seis meses.

Desde que ambos serviços foram lançados, temos cerca de 93 mil Clientes subscritos, o que significa que estamos a fazer diferença na vida de milhares de famílias moçambicanas. Temos também um portal dedicado aos estudantes, onde podem ter acessos aos conteúdos académicos gratuitamente.





## ‘**Estamos num contínuo processo de melhoria e expansão da nossa rede de voz e dados**’

para atingirmos a satisfação do cliente.

### **Qual tem sido a aposta da Vodacom Moçambique visando o melhoramento contínuo dos seus serviços?**

A Vodacom como empresa tem um único Propósito que está embebido em cada um dos seus colaboradores, ligar todos os moçambicanos e fazer crescer Moçambique através dos vários serviços que oferece. Faz parte do nosso DNA proporcionar sempre uma experiência positiva ao cliente. Procuramos oferecer um atendimento humanizado, e que promova um relacionamento a longo prazo. Para isso, apostamos no aperfeiçoamento contínuo da comunicação com os nossos clientes. Temos vários canais de comunicação, desde a linha do cliente gratuita as redes sociais e o e-mail, que estimulam a melhoria dos nossos serviços, na tentativa de atender prontamente às necessidades e às preocupações dos nossos clientes individuais como corporativos.

Estamos num contínuo processo de melhoria e expansão da nossa rede de voz e dados ao nível de todo o país. Temos uma rede de dados 4.5G, o que significa que é muito rápida e mais recentemente introduzimos uma tecnologia que permite que as chamadas de voz sejam feitas em alta definição, com muito mais qualidade.

Estes são alguns dos produtos dos quais a Vodacom se orgulha, entre tantos que merecem também destaque. Continuamos a trabalhar para trazer sempre produtos e serviços relevantes e adequados ao nosso contexto e acima de tudo para responder a aquilo que são as necessidades dos nossos clientes e do mercado em geral

Não obstante os bons resultados na expansão da rede de cobertura da telefonia móvel, a qualidade de serviços prestados continua a ser a grande preocupação do cidadão. O que se pode esperar da Vodacom neste aspecto? Com o aumento da concorrência entre as empresas de telefonia móvel, o cliente tornou-se mais exigente e crítico em relação aos serviços de rede oferecidos. A Vodacom tem uma grande preocupação, não só pela expansão, mas também pela qualidade da rede, porque temos consciência que o nosso dever é exceder as expectativas dos clientes. Vários indicadores como a acessibilidade do serviço de voz; o tempo de estabelecimento de chamadas de voz; a qualidade de áudio e a velocidade de transferência de dados determinam a qualidade da rede e temos procurado trabalhar em todos estes aspectos

**Infelizmente, nem todas as pessoas que usam os meios de comunicação o fazem para o bem. Apesar da recente introdução da obrigatoriedade do registo dos cartões SIM, prevalecem situações de burlas com recurso à telefonia móvel. Como é que a empresa encara esta situação?**

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação tem trazido muitos benefícios para toda a sociedade, mas existe um lado negativo, que é o uso criminoso destas ferramentas. Infelizmente existem muitas pessoas que agem de má fé e usam os meios de comunicação para implementarem esquemas de burla e extorsão de valores monetários. A Vodacom está atenta a esta situação e bloqueia, mensalmente, cerca de 2.500 contactos telefónicos ligados a esquemas de fraude.

Apelamos a todos os nossos clientes e utilizadores de serviços de comunicações para que estejam atentos, e colaborem na denúncia de burlas e de outros crimes praticados via telefone celular, visando o seu desmantelamento.

### **No âmbito da responsabilidade social, que acções de vulto a Vodacom apoiou?**

Os programas de investimento social nos quais a Vodacom está envolvida neste momento, além das nossas contribuições pontuais e outras iniciativas que possam ocorrer são, o Faz Crescer, o Instant Network Schools, o Goodbye Malaria e o Apoio Humanitário a Cabo Delgado.

O “Faz Crescer” é o nosso projecto principal, ligado à área da educação e cujo foco é a inclusão e a literacia digital. Até à data, o Vodacom Faz Crescer já apetrechou 32 escolas em todas as províncias do país, onde foram doados 645 computadores com mais de 17.000GB de Internet e foram abrangidas, aproximadamente, 145.000 pessoas, incluindo estudantes e as suas comunidades. Para o ano financeiro actual temos planeado a entrega de mais 12 laboratórios de

informática, em escolas distribuídas pelo país.

O Instant Network Schools é uma iniciativa em parceria com as Nações Unidas cujo foco é melhorar a qualidade da educação em campos de refugiados, para os refugiados e para as comunidades que os apoiam. O objectivo é o acesso a soluções de tecnologia e conectividade para permitir o acesso a conteúdos educativos de qualidade. Neste momento, já houve uma missão de voluntários da Vodacom ao campo de refugiados em Maratane, em Nampula. A expectativa é que o programa, no seu todo, venha a beneficiar aproximadamente 8605 estudantes, 216 professores e 25800 membros da comunidade, no seu todo.

A iniciativa da Goodbye Malaria é um apoio no combate contra a malária, em parceria com a Goodbye Malaria e o Ministério da Saúde e consiste no financiamento das campanhas de pulverização na província de Maputo, cobrindo 18 distritos e alcançando mais de 2.000.000 de pessoas.

Em 2020 a Vodacom juntou-se ao Movimento

Todos por Cabo Delgado e fez, até à data, um donativo de cerca de 2.000.000MT em produtos não perecíveis.

**A Vodacom tem se destacado no roll das empresas que mais contribuem para o fisco em impostos. Que significado isto tem para a empresa e o que se pode esperar nos próximos tempos?**

Compreender a importância do pagamento de impostos contribui para um comportamento alinhado ao exercício de boa cidadania. Estamos extremamente orgulhosos deste reconhecimento da AT, porque sabemos que o pagamento de impostos é uma das principais formas do Estado arrecadar recursos para desenvolver políticas públicas, e realizar investimentos na sociedade.

A Vodacom paga os seus tributos não só porque é uma obrigação, mas porque é uma forma de garantir o financiamento das actividades do sector público, em áreas como a saúde, a educação, a cultura, a segurança e outras.

Pretendemos continuar a contribuir com o pagamento de impostos de forma correcta e

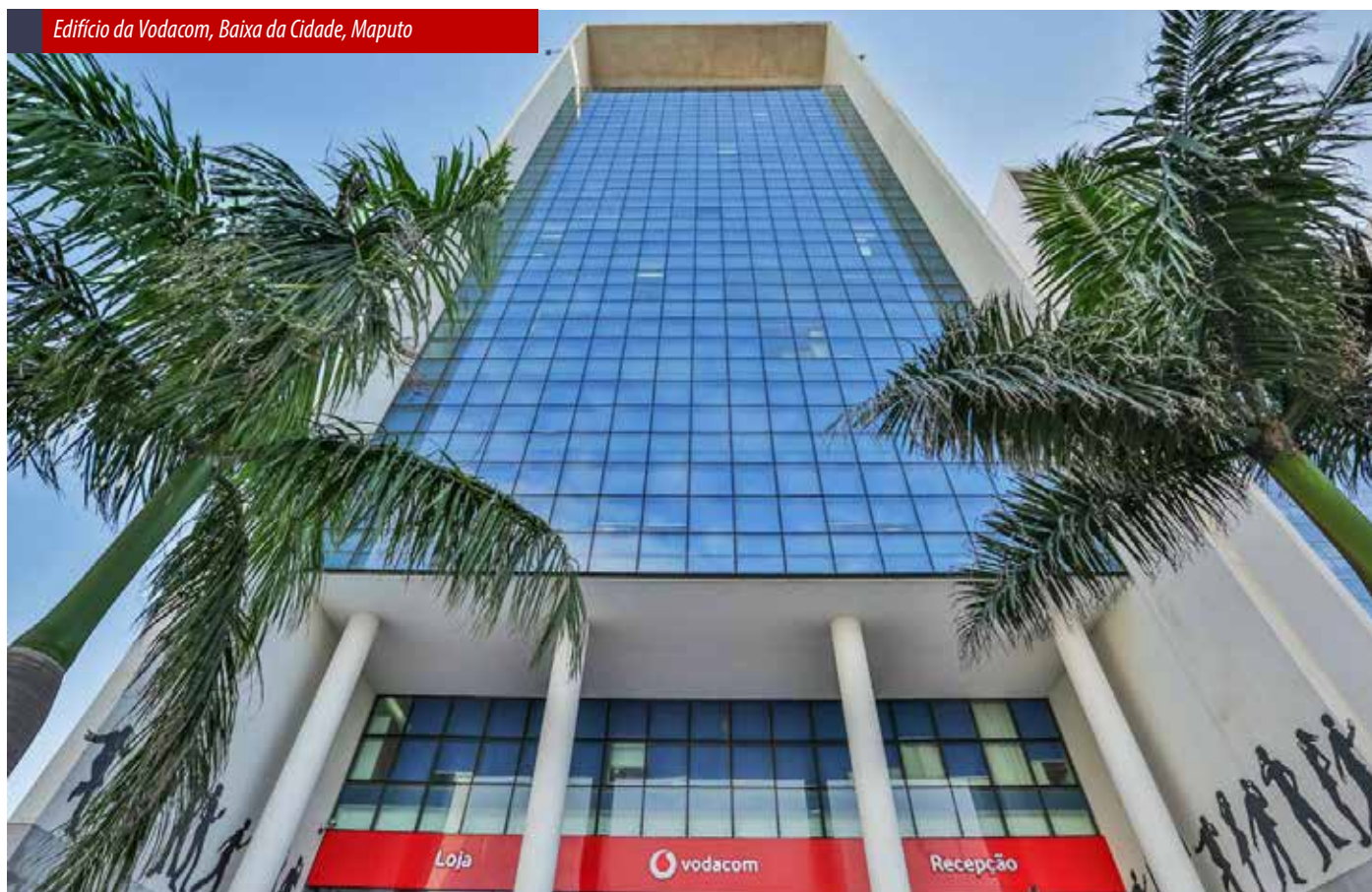
lançamos desde já um apelo para que todas as empresas, desde as mais pequenas às multinacionais façam o mesmo.

**Como é que a Vodacom Moçambique olha para a modernização dos serviços da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), no caso específico da introdução do e-Declaração e o gostaria de ver melhorado?**

O avanço tecnológico tem permitido mudanças nunca antes imaginadas. Processos antes burocráticos, tiveram uma reviravolta, como este caso da introdução do e-Declaração na AT. Esta modernização mostra que a Autoridade Tributária de Moçambique está atenta aos benefícios do desenvolvimento tecnológico. O procedimento foi simplificado tanto para a AT como para as empresas, por isso todos saem a ganhar.

Melhorias são sempre possíveis, é só preciso estar atento às formas actuais de trabalhar e descobrir quais são os processos morosos, de forma a requalificá-los. Algo que seria interessante de ver, seria o pagamento de impostos on-line, efectuados directamente na página da AT. 🌱

Edifício da Vodacom, Baixa da Cidade, Maputo







## Zona de Comércio Livre Continental de África: Que expectativas para Moçambique?

Por: *Marcos Miguel*



Em Agosto de 2019, 55 Estados Membros da União Africana (UA) assinaram o Tratado que cria a Zona de Comércio Livre Continental de África (ZCLCA) com objectivo de estabelecer um mercado único e amplo para troca de bens e serviços, promoção do movimento de bens de capitais, recursos naturais e pessoas. Este projecto ambicioso conta com apoio político dos Estados Membros e cidadãos que deverão fazer escolhas difíceis, tomando em consideração que os Estados Membros da UA estão em níveis de desenvolvimento variados e diversificação da economia, e enfrentam desafios tais como a criação de empregos, desenvolvimento da industrial e diversificação da produção industrial. Esta é a grande característica comum para 32 países menos desenvolvidos em negociação para ratificação da ZCLCA. A maioria dos países

africanos realizam o comércio internacional com parceiros comerciais globais situação cuja tendência não poderá mudar de figurino num futuro breve nem a sua dependência em produtos como commodities. Esta é a realidade dos países menos desenvolvidos. O novo acordo do comércio não garante o comércio, nem muda os incentivos para tornar os parceiros do acordo mais acessíveis e atractivos. O ZCLCA tem o potencial para colocar em prática os mecanismos para resolver muitos desafios das barreiras não tarifárias que frustram o comércio intra África, o que passa em conferi-lo maior certeza e previsibilidade dos procedimentos e melhoria do ambiente de facilitação do comércio.

Os benefícios da ZCLCA são praticamente importantes ardendo que estamos em face da maior zona de comércio livre do mundo, constituído por 55 Estados Membros, com 1.3 bilião de pessoas, com um PIB

combinado de cerca de 3 biliões de dólares americanos, que se prevê alcançar um PIB de 500 biliões de dólares nos próximos 50 anos mediante expansão do comércio intra África. A ZCLCA providencia uma oportunidade para melhorar a competitividade interna e aumentar a comparticipação do continente no comércio global que alcançou em 19 triliões de dólares em 2019. Se a África aumentar a sua comparticipação no comércio global dos actuais 3% para 4%, esta diferença de 1% poderá gerar rendimento adicional anual superior que valor total de ajuda ao desenvolvimento de cerca de 145 biliões de dólares anuais. Portanto os mercados extensos poderão ser ainda muito atractivos para os investidores que trazem consigo novos investimentos e tecnologias para melhorar a expansão da produção.

As Comunidades Económicas Regionais não poderão desaparecer, visto que estas concentram maior volume das transações






intra África sendo mais de metade do total do comércio intra África ocorre na SACU (União Aduaneira da África Austral), e mais de 65% tem lugar dentro da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). O comércio intra África continuará em múltiplas formas e consolidar-se-á, levando a convergência e simplificação das regras entre os vários regimes de transacções comerciais.

O Acordo sobre ZCLCA entrou em vigor 1 de Janeiro de 2021, após a sua ratificação por 27 Estados Membros, acima dos 22 legalmente exigidos para entrar em vigor, tornando-se na maior zona de comércio livre do mundo, que eliminará cerca de 97% das tarifas do comércio de bens e serviços, contudo, há muitos desafios por enfrentar tais como realizar reformas para melhor vantagens da oportunidade, aprovar os compromissos de reestruturação económica que possibilitarão explorar as oportunidades de negócios.

O acordo da ZCLCA está em fase negociação que abrandem duas fases. A fase 1 cobre as regras sobre comércio de bens e serviços bem como as regras de resolução de disputas. Nesta fase estão incluídas as concessões de tarifas, regras de origem e cronograma de compromissos específicos para serviços que continuam em negociação entre Estados Membros. O mesmo acontece em relação as regras de origem e comércio de serviços. Já a fase 2 abrange a cooperação sobre investimento, política de concorrência e aos direitos de propriedade intelectual. Foi adicionado a inclusão do protocolo do comércio de electrónico da ZCLCA.

Para Moçambique e demais países menos desenvolvidos o assunto da concessão de tarifas é bastante sensível, contudo, tomando em consideração o baixo nível do comércio intra África, as receitas fiscais continuam sendo uma importante fonte de receitas, para além de que constitui uma medida de política comercial para redução das importações competitivas e protecção

da indústria nacional. A tabela sumariza as modalidades para as negociações sobre concessões de tarifas. A variável geométrica é a base fundamental inserida no acordo. Isto significa que todos os Estados Membros têm por objectivo alcançar o mesmo nível de desarmamento tarifário - portanto acordar liberalizar 90% das posições pautais. A diferença entre os países menos desenvolvidos e os países em via de desenvolvimento quanto ao prazo concedido. Enquanto os países menos desenvolvidos têm 10 anos para alcançar os 90% de liberalização, já os países em via de desenvolvimento tem apenas 5 anos. Os restantes 10% são divididos em duas categorias. Sendo 7% para as posições pautais dos produtos sensíveis e 3% para as posições pautais de produtos que serão excluídos da liberalização completamente. Os países menos desenvolvidos têm 13 anos para eliminar as posições pautais dos produtos sensíveis e poderão manter as actuais tarifas nos primeiros 5 anos, bloqueando a sua liberalização durante os restantes 8 anos. Já os países em via

de desenvolvimento têm 10 anos para eliminarem as tarifas dos produtos sensíveis mas podem manter as tarifas em vigor, contudo a liberalização devera iniciar no 6º ano. Ambos, os países menos desenvolvidos e países em via de desenvolvimento poderão excluir da liberalização 3% das posições tarifárias, mas os produtos excluídos não deverão perfazer mais de 10% do total do comércio dos pais. Há uma profunda curva dum grupo específico de países chamados G6, nomeadamente, Etiópia, Madagáscar, Malawi, Sudão, Zâmbia, Zimbabwe, este país argumentaram que enfrentam desafios do desenvolvimento e tem procurado uma solução para um período de 15 anos para liberalizar. 



**QUEM AMA  
PROTEGE.**



**USE A MÁSCARA!**